

# O EDITAL NAS LICITAÇÕES

---

## BIDDING NOTICE IN CONTRACTING PROCESS<sup>1</sup>

**CELSO ANTÔNIO BANDEIRA DE MELLO**

Professor Emérito da Faculdade de Direito da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo.  
DOI: [https://doi.org/10.48143/rdai.33.mello].

SUMÁRIO: 1. Introdução. 2. Os princípios da licitação. 3. A licitação como procedimento administrativo. 4. Edital. 5. Publicidade do edital. 6. Identificação do objeto licitado e delimitação do universo das propostas. 7. Circunscrição do universo de proponentes. 8. Critérios para análise e avaliação de proponentes e propostas. 9. Fixação dos atos e termos do procedimento. 10. Fixação de cláusulas do contrato. 11. Vícios do edital.

## 1. INTRODUÇÃO

1. A análise da figura jurídica denominada “edital” requer, para mais cômoda e clara abordagem do tema, brevíssimo discurso prévio sobre as noções de “licitação” e “procedimento”, pois é mediante edital que se abre, para terceiros, o procedimento licitatório.

2. Licitação é o procedimento administrativo pelo qual uma pessoa governamental, pretendendo alienar, adquirir ou locar bens, realizar obras ou serviços, segundo condições por ela estipuladas previamente, convoca interessados na apresentação de propostas, a fim de selecionar a que se revele mais conveniente em função de parâmetros antecipadamente estabelecidos e divulgados.

Este proceder visa a garantir duplo objetivo: de um lado proporcionar às entidades governamentais possibilidade de realizarem o negócio mais vantajoso; de outro,

---

1. Artigo originalmente publicado na *Revista de Direito Público*, São Paulo, ano VII, n. 39-40, p. 26-37, jul-dez. 1976. A transcrição deste artigo foi realizada por Evian Elias.

Como citar este artigo | *How to cite this article*: BANDEIRA DE MELLO, Celso Antônio. O edital nas licitações. *Revista de Direito Administrativo e Infraestrutura*, São Paulo, v. 9, n. 33, p. 373-389, abr.-jun. 2025.

# NORMAS DE PUBLICAÇÃO PARA AUTORES DE COLABORAÇÃO AUTORAL INÉDITA

## 1. TEMAS

- 1.1. A *RDAI – Revista de Direito Administrativo e Infraestrutura*, periódico trimestral, da Editora Revista dos Tribunais, torna pública a chamada permanente de artigos, pareceres, comentários jurisprudenciais e legislativos com a seguinte aderência temática:

*Direito Administrativo. Teoria geral do Direito Público. Teoria geral do Direito Administrativo. Funções estatais. Regime jurídico administrativo. Princípios da Administração Pública. Organização administrativa. Administração indireta. Agentes públicos. Servidores públicos. Regulamentos. Atos administrativos. Processo administrativo. Licitação e contratos administrativos. Obrigações administrativas. Receitas públicas. Despesa pública. Dívida pública. Consórcios públicos. Intervenção do Estado no domínio econômico e social. Fomento administrativo. Terceiro setor. Antitruste. Poder de polícia, regulação e ordenação administrativa. Normas sanitárias. Desapropriação e intervenção do Estado na propriedade. Bens públicos. Controle da Administração. Administração Pública em Juízo. Tribunal de Contas. Discricionariedade. Responsabilidade do Estado. Meio ambiente. Meio urbano. Instrumentos de*

*política urbana. Direito da Infraestrutura. Teoria geral da infraestrutura. Energia. Transportes públicos. Rodovias, ferrovias, aeroportos, portos. Saneamento básico. Recursos minerais. Petróleo, gás natural, pré-sal. Telecomunicações. Correios e telégrafos. Saúde e educação. Serviço público e obras públicas. Concessão, permissão e autorização de serviço público. Organização dos Estado e dos Poderes. Teoria dos direitos fundamentais e atuação estatal.*

- 1.2. A publicação ocorrerá em duplo formato: impresso e digital.
- 1.3. É possível o envio de comentários jurisprudenciais, resenhas de livros e pareceres, os quais ficam dispensados da observância das regras indicadas no item 2.3, pois não serão submetidos à revisão por pares.
- 1.4. Devem ser informadas as situações que constituam caso de conflito de interesses, conforme indicado na Linha Editorial da *RDAI*.

## 2. NORMAS DE PUBLICAÇÃO

- 2.1. Formatação exigida para os artigos
- (a) Tamanho do papel: A4.
- (b) Tamanho do texto: mínimo de 15 e máximo de 30 laudas (cada lauda deve ter

2.100 caracteres sem espaços, incluindo notas de rodapé e bibliografia), com exceção dos comentários jurisprudenciais e legislativos, que poderão contar com um número de laudas inferior ao mínimo estabelecido.

(c) Margens: superior e inferior de 2,0 cm, esquerda e direita de 3,0 cm.

(d) Alinhamento: justificado.

(e) Fonte: Times New Roman, normal, com tamanho 12 para título, corpo de texto, citações e sumário e tamanho 10 para notas de rodapé (não utilizar notas de fim).

(f) Espaçamento entre linhas: 1,5.

(g) Destaques: em itálico. Jamais deve ser usado o negrito ou o sublinhado.

(h) Citações: entre aspas – quando ultrapassar três linhas, usar recuo de 4 cm (nesse caso, não usar aspas). Caso haja destaque em citação, indicar “grifo nosso” se for do autor do artigo e “grifo do autor” se for do autor citado (original).

(i) Título do artigo em português e em inglês (*keywords*).

(j) Lista de três a cinco palavras-chave em português e suas correspondentes em inglês.

(k) Resumo do artigo em português e em inglês com, no máximo, 750 caracteres (sem espaços).

## 2.2. Dados de identificação do(s) autor(es) em folha de rosto:

(a) Nome, RG, CPF, titulação que deseja ver publicada no artigo e profissão.

É essencial a informação sobre o título de pós-graduação (área de conhecimento e instituição onde ele foi obtido) e a instituição a que o(s) autor(es) é(são) vinculado(s).

(b) Endereço, telefone e endereço eletrônico do(s) autor(es) do trabalho.

- 2.3. Os arquivos do artigo e folha de rosto deverão ser separados e nominados de acordo com o título do trabalho. O artigo não deverá ser identificado.
- 2.4. As contribuições deverão ser enviadas à Comissão Editorial, por *e-mail* (aval.artigo@thomsonreuters.com). No campo “Assunto”, deve-se escrever: “Revista de Direito Administrativo e Infraestrutura”.
- 2.5. Os artigos deverão seguir as regras da ABNT, mas não se deve usar o sistema de citação autor-data.
- 2.6. Somente material inédito no Brasil será analisado pela Comissão Editorial que, eventualmente, poderá devolver o trabalho ao(s) autor(es) com sugestões de adequações. Aceitam-se textos em português, inglês, francês, alemão, espanhol e italiano.
- 2.7. A publicação na RDAI implica a aceitação das condições da *Cessão de Direitos Autorais de Colaboração Autoral Inédita e Termo de Responsabilidade*, que será encaminhada ao(s) autor(es) com o aceite.
- 2.8. Como contrapartida pela *Cessão de Direitos Autorais*, o(s) autor(es) receberá(ão) um exemplar da RDAI.

# PUBLICATION GUIDELINES FOR AUTHORS TO SUBMIT UNPUBLISHED ARTICLES

## 1. THEMES

- 1.1. RDAI – Journal of Administrative Law and Infrastructure, is published quarterly by Thomson Reuters/Revista dos Tribunais. Submissions are *accepted* on an *ongoing basis* in the form of articles, opinions and jurisprudential or legislative comments, which adhere to the following thematic tracks:

*Administrative Law. General Theory of Public Law. General Theory of Administrative Law. The Duties of the State. Legal and Administrative System. Principles of the Public Administration. Administrative Organization. Indirect Administration. Public Agents. Civil Servants. Guidelines. Administrative Acts. Administrative Proceedings. Bidding and Administrative Contracts. Administrative Obligations. Public Revenue. Public Expenditure. Public Debt. Public Consortiums. State Intervention in the social-economic domain. Administrative Fostering. Third Sector. Antitrust. Administrative Organization, Regulation and Police power. Sanitation Guidelines. Eminent Domain and Condemnation and State intervention in private property. Public Assets. Control over the Administration. Claims against the Public Administration (State). Court of Audits (US-equivalent: Government Accountability Office). Discretionary acts.*

*Responsibility of the State. Environment. Urban Environment. Urban policy instruments. Infrastructure Law. General Theory of Infrastructure. Energy. Public Transportation. Roads, railroads, airports, ports. Basic sanitation. Mineral resources. Oil, natural gas, pre-salt. Telecommunications. Mail and Telegraph. Health and education. Public service and public construction work. Concessions, permits and authorizations for public service. Organization of the State and of the Powers. Theory of the fundamental rights and state action.*

- 1.2. RDAI will be published in print and online (at *Revista dos Tribunais Online* – [www.revistadostribunais.com.br](http://www.revistadostribunais.com.br)).
- 1.3. Jurisprudential comments, book reviews and opinions can be sent and are not subject to the rules in item 2.3 below, since these works are not submitted to peer review.
- 1.4. Situations which constitute a conflict of interest as set forth in RDAI Editorial Line should be promptly informed.

## 2. PUBLICATION GUIDELINES

- 2.1. Text format requirements:
- (a) Paper size: A4;
  - (b) Text length: minimum 10 and maximum 60 pages. Each page must contain

2,100 characters without spaces, including footnotes and bibliographical notes.

Jurisprudential and Legislative Comments do not need to meet the minimum-of-10-page requirement and may be shorter.

(c) Margins: top and lower: 2.0 cm; left and right: 3.0 cm;

(d) Text alignment: justified;

(e) Font: Times New Roman; size 12 for the title, body, citations and abstract; size 10 for footnotes (do not use end notes);

(f) Line spacing: 1.5;

(g) Emphasis: use italics (do not use bold nor underlined);

(h) Citations: between quotation marks; no indentation;

(i) Article title: written in Portuguese and in English;

(j) Keywords: list of 3 to 5 keywords in Portuguese and their translation in the English language

(k) Abstract: written in Portuguese and in English. Maximum 750 characters without spaces.

**2.2.** Authors identification must be presented on a cover page:

(a) Name, number of the identification document, tax-payer identification number, academic title to be published in the article and profession. It is of paramount importance to provide complete information about the academic title (i.e., knowledge area and the institution at which the title was obtained) and the

institution to which the author(s) is (are) connected.

(b) Complete work address, including phone number and electronic mail of the author(s).

**2.3.** The article and the cover page must be sent in separate files and these files must be named with the article title. The article itself must not be identified.

**2.4.** Submissions must be sent to the Editorial Board, by e-mail to [aval.artigo@thomsonreuters.com](mailto:aval.artigo@thomsonreuters.com)). The field "subject" must contain: Revista de Direito Administrativo e Infraestrutura.

**2.5.** Articles must be written in accordance to ABNT's (Brazilian Association of Technical Guidelines) rules and guidelines. Do not use the author-date citation system.

**2.6.** Only new, unpublished material in Brazil will be analyzed by the Editorial Board, which might return the paper to the author(s) with suggestions for adjustments. RDAI accepts articles originally written in Portuguese, English, French, German, Spanish and Italian.

**2.7.** Publishing an article in RDAI implies acceptance of the conditions under the Copyright Transfer Agreement for Unpublished Articles, and the Terms of Responsibility, both of which will be sent to the author(s) upon acceptance of the paper for publication.

**2.8.** Author(s) will receive one copy of RDAI in print as compensation for the Copyright Transfer.

## 1. INTRODUÇÃO E DELIMITAÇÃO DO TEMA

Ao longo do tempo, o exercício do poder jurisdicional já comportou relações diversas com a exigência da fundamentação de seus atos: a íntima convicção, a prova tarifada e o livre convencimento motivado. No Código de Processo Civil (CPC) atual, afloram críticas de que não haveria liberdade na formação do convencimento, de modo que nos encaminharíamos para um novo momento histórico, tendo em vista que o direito processual deve servir como mecanismo de controle às decisões judiciais.<sup>1</sup>

Seja como for, é indubitável que, no atual estado de coisas, a motivação se tornou uma garantia estruturante do processo, que legitima o próprio exercício da jurisdição pelo agente público.

## 7. REFERÊNCIAS

- BARROSO, Luís Roberto. Neoconstitucionalismo e constitucionalização do direito (o triunfo tardio do direito constitucional no Brasil). *Revista de Direito Administrativo*, v. 240, p. 142, abr.-jun. 2005.
- CALAMANDREI, Piero. *Procedure and Jurisprudence*. Trad. John Clarke Adams e Helen Adams. New York: New York University Press, 1956.
- CINTRA, Antonio Carlos de Araújo; GRINOVER, Ada Pellegrini; DINAMARCO, Cândido Rangel. *Teoria geral do processo*. 31. ed. São Paulo: Malheiros Editores, 2015.
- GALDINO, Flavio. A evolução das ideias de acesso à justiça. In: SARMENTO, Daniel; GALDINO, Flavio (Org.). *Direitos fundamentais: estudos em homenagem ao professor Ricardo Lobo Torres*. Rio de Janeiro: Renovar, 2006.
- MARINONI, Luiz Guilherme; ARENHART, Sergio; MITIDIERO, Daniel. *Novo curso de processo civil*. São Paulo: Ed. RT, 2015. v. 2.
- PICARDI, Nicola. *Jurisdição e processo*. Trad. Carlos Alberto Alvaro de Oliveira. Rio de Janeiro: Forense, 2008.
- STRECK, Lenio Luiz. O novo Código de Processo Civil (CPC) e as inovações hermenêuticas. *Revista de Informação Legislativa*, Brasília, ano 52, n. 206, p. 33-51, abr.-jun. 2015.
- TIMOTEO, Gabrielle. Normativos internacionais e escravidão. *Revista Hindu*, n. 4, p. 70-83, 2013. Disponível em: [[www.periodicos.ufpa.br/index.php/hendu/article/view/1716/2137](http://www.periodicos.ufpa.br/index.php/hendu/article/view/1716/2137)]. Acesso em: 27.10.2017.

---

1. STRECK, Lenio Luiz. O novo Código de Processo Civil (CPC) e as inovações hermenêuticas. *Revista de Informação Legislativa*, Brasília, ano 52, n. 206, p. 33-51, abr.-jun. 2015.

# A GARANTIA DA MOTIVAÇÃO E O ARTIGO 935 DO CÓDIGO CIVIL: A INCONSTITUCIONALIDADE DA VINCULAÇÃO DO JUÍZO CÍVEL ÀS SENTENÇAS DO TRIBUNAL DO JÚRI

*REASONED DECISIONS AND THE ARTICLE 935 OF THE BRAZILIAN CIVIL CODE:  
UNCONSTITUTIONALITY OF THE BINDING EFFECTS FROM  
THE JURY'S DECISIONS TO THE CIVIL JUSTICE*

**DANIEL DE OLIVEIRA PONTES**

Mestrando em Direito Processual na Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ). Advogado. [danielop@globocom.com](mailto:danielop@globocom.com)

Data de recebimento: 01.11.2017

Data de aprovação: 12.11.2017 e 16.11.2017

ÁREAS DO DIREITO: Processual; Civil; Penal

**RESUMO:** No presente artigo, destaca-se a problemática dos julgamentos do Tribunal do Júri, em que os jurados decidem por íntima convicção e em sigilo. Diante dessas peculiaridades, pretende-se analisar se as sentenças prolatadas nesse rito especial do processo penal podem repercutir no cível, em especial pela garantia da motivação das decisões jurisdicionais.

**PALAVRAS-CHAVE:** Motivação – Garantias – Júri – Vinculação – Inconstitucionalidade.

**ABSTRACT:** The present work seeks to analyze this problem regarding Jury's decisions, because they are confidential and unjustified. Such characters could prevent the application of the article 935 to obey the right of the parts to reasoned decisions.

**KEYWORDS:** Decisions – Rights – Jury – Binding – Unconstitutionality.

**SUMÁRIO:** 1. Introdução e delimitação do tema. 2. O conteúdo da garantia da motivação em um Direito Processual constitucionalizado. 2.1. O neoconstitucionalismo e seu impacto no Direito Processual. 2.2. O princípio da motivação como garantia estrutural da prestação jurisdicional. 3. O artigo 935 do Código Civil e a influência do juízo penal no cível. 4. Os julgamentos no Tribunal do Júri: a peculiaridade do sigilo do voto e da soberania dos veredictos. 5. A inconstitucionalidade da incidência do artigo 935 do CC nos casos de Tribunal do Júri frente à garantia da motivação. 6. Conclusões. 7. Referências.

*Diagramação eletrônica:*

Linotec Fotocomposição e Fotalito Ltda., CNPJ 60.442.175/0001-80

*Impressão e encadernação:*

DEK Comércio e Serviços Ltda., CNPJ 01.036.332/0001-99



**Revista de Direito Bancário e do Mercado de Capitais – RDB**

Coord.: Armando Luiz Rovai,  
Ilene Patrícia de Noronha Najarian  
e Maria Eugênia Reis Finkelstein  
Periodicidade: trimestral

**Revista de Direito e as Novas Tecnologias – RDTec**

Disponível somente na versão  
Thomson Reuters ProView  
Coord.: Bruno Feigelson, Christiano Xavier  
e Tayná dos Passos Carneiro  
Periodicidade: trimestral

**Revista de Direito Tributário Contemporâneo – RDTC**

Coord.: Paulo de Barros Carvalho  
Periodicidade: trimestral

**Revista de Direito e Medicina – RDM**

Disponível somente na versão  
Thomson Reuters ProView  
Coord.: Arruda Alvim (*in memoriam*),  
Thereza Alvim, Antônio Carlos Lopes,  
Oswaldo Duek, Carolina Alves de Souza Lima  
e Cecília Mello  
Periodicidade: semestral

**Revista de Direito Imobiliário – RDI**

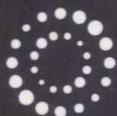
Coord.: Ivan Jacopetti do Lago  
e Jéverson Luís Bottega  
Periodicidade: semestral

**Revista de Análise Econômica do Direito – RAED**

Disponível somente na versão  
Thomson Reuters ProView  
Coord.: Luiz Fux, Erik Navarro Wolkart  
e Anderson de Paiva Gabriel  
Periodicidade: semestral

**Revista de Direito Societário e M&A – RevM&A**

Disponível somente na versão  
Thomson Reuters ProView  
Coord.: Francisco Antunes Müssnich,  
Roberto Quiroga Mosquera  
e Ítalo Godinho da Mota Martins  
Periodicidade: semestral



**Thomson  
Reuters™**

REVISTA DE DIREITO ADMINISTRATIVO, INFRAESTRUTURA,  
REGULAÇÃO E COMPLIANCE

# • RDAI 33

ANO 9 • n. 33 • abr./jun. • 2025

*Journal of Administrative Law, Infrastructure,  
Regulation and Compliance*

N. 9 • ISSUE 33 • Apr./Jun. • 2025

The use of Human Rights Impact Assessments (HRIA) by credit institutions in financing processes for infrastructure projects • *Sandbox* regulatório: um novo paradigma para a inovação e experimentalismo na administração pública • Ensaio sobre o Estado quântico: seus postulados e princípios fundamentais • Revivendo o significado do “mérito” administrativo • Hermenêutica Jurídica e Filosofia Política: interpretação de questões políticas fundamentais • Direitos humanos e novas tecnologias: a contribuição do sistema interamericano • Considerações sobre o regime jurídico dos atos administrativos na era da administração pública digital • A concessão administrativa • Pueblos de Sacrificio Ambiental en el Siglo XXI. El caso “Oroya vs. Perú” de la Corte Interamericana de Derechos Humanos • La financiación de infraestructuras como forma de endeudamiento público a largo plazo • Análise jurídica sobre averbação e adicional por tempo de serviço na carreira de Policial Civil no Estado do Rio Grande do Norte • Criação de Estados • Natureza jurídica das Bolsas de Valores • O edital nas licitações.

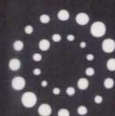
ISSN 2526-8120

ISBN 978-65-260-1085-3



9 786526 010853

Ajude-nos a melhorar  
cada vez mais nossos  
produtos, acesse o  
QR Code e responda  
nossa pesquisa!



**Thomson  
Reuters™**